

Avanço Teórico do Campo de Conhecimento da Gestão Social: uma Análise Integrativa

Autoria

Gisleine do Carmo - gisleinecarmo95@gmail.com

Prog de Pós-Grad em Admin – PPGA / UFLA - Universidade Federal de Lavras

Jose de Arimateia Dias Valadao - jose.valadao@ufla.br

Prog de Pós-Grad em Admin – PPGA / UFLA - Universidade Federal de Lavras

Programa de Pós-Graduação em Administração Pública - PPGAP / UFLA - Universidade Federal de Lavras

Cristiane Aparecida da Silva - crisilvanet@hotmail.com

Prog de Pós-Grad em Admin – PPGA / UFLA - Universidade Federal de Lavras

Vânia Aparecida Rezende - vaniarezende@ufsj.edu.br

Jose Roberto Pereira - jrobertopereira2013@gmail.com

65 / UFLA - Universidade Federal de Lavras

Agradecimentos

Agradeço à CAPES pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Lavras (UFLA).

Resumo

O campo de conhecimento da Gestão Social (GS), enquanto uma área, cuja cientificidade vem sendo construída e validada na academia brasileira, se posiciona a partir de evidências empíricas e de uma construção teórica desde a década de 1990. Além disso, as pesquisas desenvolvidas sob a égide da GS têm se pautado em interlocuções com diversos temas e áreas de conhecimento. Assim, o presente artigo apresenta, a partir de uma análise integrativa da literatura, uma contribuição no avanço teórico do campo de conhecimento da Gestão Social desenvolvido entre 2010 a 2020. Como resultado, fica claro o esforço do campo na resolução de incoerências e incompreensões que invalidam sua prática. Além disso, é manifesta a urgência da realização das ações que a GS propõe, pois o modelo atual do mainstream reforça e eleva as disparidades sociais entre os grupos, impedindo a realização do bem comum.

Avanço Teórico do Campo de Conhecimento da Gestão Social: uma Análise Integrativa

Resumo: O campo de conhecimento da Gestão Social (GS), enquanto uma área, cuja cientificidade vem sendo construída e validada na academia brasileira, se posiciona a partir de evidências empíricas e de uma construção teórica desde a década de 1990. Além disso, as pesquisas desenvolvidas sob a égide da GS têm se pautado em interlocuções com diversos temas e áreas de conhecimento. Assim, o presente artigo apresenta, a partir de uma análise integrativa da literatura, uma contribuição no avanço teórico do campo de conhecimento da Gestão Social desenvolvido entre 2010 a 2020. Como resultado, fica claro o esforço do campo na resolução de incoerências e incompreensões que invalidam sua prática. Além disso, é manifesta a urgência da realização das ações que a GS propõe, pois o modelo atual do *mainstream* reforça e eleva as disparidades sociais entre os grupos, impedindo a realização do bem comum.

Palavras-chave: Gestão Social. Campo de Conhecimento. Revisão integrativa.

1 Introdução

A Gestão Social (GS), muito além de opor-se à preceitos dominantes da gestão estratégica, constitui uma forma própria de administração emergente em um contexto com demandas crescentes por respostas sociais mais efetivas para a coletividade. As primeiras publicações sobre o tema começaram a surgir na década de 1990 e um conceito central a ser destacado é o de Tenório (1998), o qual a compreende como uma ação dialógica, participativa, cujo processo de decisão ocorre democraticamente. A GS avança na busca por um gerenciamento mais dialógico, baseado no interesse público não estatal, em prol do bem comum e direcionado para o fim último da emancipação (Tenório, 1998; Cançado, 2011; Cançado, Pereira & Tenório, 2015). Para Guerra e Teodósio (2014), a GS é um campo em construção e híbrido, vinculada ao campo da Administração e que abrange ainda outras áreas de conhecimento, como quando se aproxima de debates na esfera política, tratando questões democráticas e participativas.

A GS foi objeto de revisões recentes que orientaram o propósito deste trabalho. Dentre elas destaca-se a de Menon e Coelho (2019), que por meio da análise longitudinal da rede de produção científica em GS, no período de 2005 a 2015, apresentaram um mapeamento do campo, com análises de tendências temporais, principais autores e índices de colaboração, que contribuíram para a compreensão do desenvolvimento da GS no Brasil. Para os autores, o campo da GS pode ser avaliado pela Gestão Pública e também como área de ensino e pesquisa, em conjunto com a Administração Pública e Políticas Públicas. Por sua vez, Aguiar-Barbosa e Chim-Miki (2020) realizaram uma meta-análise do conceito de GS entre 1990 a 2018 e constataram que, apesar da evolução, o campo ainda se encontrava em estado de maturação, em busca de consenso entre os pesquisadores. Com base nos achados, as autoras encontraram a predominância de categorias teóricas como democracia, cidadania deliberativa, interesse bem compreendido, dialogicidade, consulta e compartilhamento. Complementando, o trabalho de Felizardo et al. (2021) realizou uma análise bibliométrica mundial da GS na base de dados *Web of Science*, com o objetivo de sistematizar as tendências do campo. Um dos resultados principais do estudo confirmou que a GS, como é reconhecida pelos pesquisadores brasileiros, apesar de dispor de uma teoria já estabelecida, ainda não é reconhecida no cenário internacional.

Considerando que as revisões não se debruçam sobre uma visão integrada do campo da GS e seu avanço teórico entre o período 2010 a 2020, o presente estudo se propõe a uma revisão integrativa da GS, enquanto campo de conhecimento, explorando conceitos, categorias teóricas, pressupostos epistemológicos e ontológicos e referenciais teóricos. Depois do posicionamento da GS como campo do conhecimento científico, proposto por Cançado, Pereira e Tenório (2015) em “Gestão social: epistemologia de um paradigma”, diversas abordagens vêm sendo discutidas nos últimos anos. Dessa forma, o artigo busca apresentar uma contribuição no avanço

teórico do campo de conhecimento da Gestão Social, desenvolvido entre 2010 a 2020, por meio de uma síntese integrada dos artigos disponibilizados na base de dados *SPELL*.

Mesmo após o considerável avanço do campo da GS, há divergências de interpretação e muitos a confundem como sendo gestão de práticas assistencialistas de ajuda, do terceiro setor ou de políticas públicas compensatórias (Pimentel & Pimentel, 2010; Araújo, 2012; Tenório & Araújo, 2020), além daqueles que a consideram mera utopia (Pinho & Santos, 2015). De acordo com Tenório e Araújo (2020), a GS se faz urgente devido à insuficiência do modelo de organização política e econômica atrelado ao mercado e que não consegue suprir as necessidades da república, seu bem comum, já que a concentração de renda e desigualdades cessa o suprimento de necessidades essenciais da maioria da população. E ainda, a GS surge como pauta em meio a processos cuja tomada de decisão política é centralizada por uma representatividade dos interesses daqueles que potencializam financeiramente os eleitos pela população. A GS não pode mais ser relegada e considerada utópica, pois a sua construção é real e seu arcabouço teórico avança em sua consolidação e desenvolvimento de seus delineamentos metodológicos e consequentemente, em seus resultados empíricos, refletidos em resoluções efetivas para a “nova modernidade”.

Além desta *introdução*, o artigo apresenta as seções de *revisão de literatura*, com aspectos teóricos essenciais para a compreensão do campo da GS; *método*, na qual é apresentado o protocolo de pesquisa; *resultados e discussão*, com a análise dos quatro grupos derivados da pesquisa; e *considerações finais*, com as principais implicações do estudo.

2 Gestão Social: reflexões de um campo de conhecimento

Enquanto campo do conhecimento científico, por alguns considerado consolidado, por outros em construção, a GS se encontra em expansão em relação a sua demarcação teórica. Ela constitui uma possibilidade objetiva de formação de um campo científico específico, baseando-se em uma ação gerencial dialógica, de um interesse público não estatal voltado para a promoção do bem comum (Cançado, Pereira & Tenório, 2015).

Cançado (2011) delimita o campo da GS e o caracteriza em termos ontológicos, epistemológicos e metodológicos, com base nos trabalhos de Jones (1993) e Burrell e Morgan (1979). A ontologia da GS é denominada nominalista, pois se baseia na capacidade que o indivíduo possui de construção da própria realidade a partir do entendimento, uma vez que a tomada de decisão é coletiva. É antipositivista, em termos epistemológicos, pois o pesquisador é também sujeito da pesquisa (o indivíduo compõe a realidade e ainda age sobre ela). O voluntarismo como natureza humana, em contraposição ao determinismo, impõe uma capacidade de livre arbítrio ao processo. Quanto à metodologia, se configura como ideográfica, pois é essencial permitir que o sujeito da pesquisa tenha a liberdade de revelar a sua natureza e características. Cançado (2011), ainda, define o enquadramento da GS no paradigma do Humanismo Radical, na abordagem de Burrell e Morgan (1979) e de forma complementar, nos paradigmas Estrutural do Conflito e Interpretativo, na abordagem de Jones (1993).

Mais recentemente, com o desenvolvimento das bases da GS, os estudos têm avançado e pesquisadores têm, cada vez mais, utilizado diversas abordagens teóricas, revelando a multiplicidade do campo. Peres Júnior e Pereira (2014) identificaram quatro abordagens principais: *teoria crítica frankfurteana*, da qual derivam os trabalhos de Fernando Guilherme Tenório e Genauto Carvalho de França Filho; *gestão do desenvolvimento social interorganizacional* (organizações complexas), desenvolvida por Tânia Maria Diederichs Fischer; *administração pública societal*, elaborada por Ana Paula Paes de Paula; e *abordagem puquiana*, devido à atuação dos autores na PUC/SP, como Ladislau Dowbor e Luciano Junqueira. Nesse sentido, Alcântara (2015) destacou quais os *loci* principais de cada uma dessas abordagens. Na abordagem crítica *frankfurteana*, evidencia-se a sociedade como *locus* da GS: o terceiro setor, o espaço social, o *locus* compartilhado e a esfera pública. A abordagem da

gestão do desenvolvimento social interorganizacional apresenta o espaço local, o território e as interorganizações como *loci* da GS. Na abordagem da administração pública societal são comuns os conselhos gestores, orçamentos participativos e as demais experiências locais que envolvem participação. Por fim, a abordagem puquiana apresenta o espaço público, o terceiro setor, as organizações não governamentais e os movimentos sociais (Alcântara, 2015).

Em uma perspectiva mais recente, Tenório, Parra e Tenório (2022) destacam que a GS pode ser relacionada às experiências pontuais que ocorreram em distintos territórios, centúrias anteriores ao século XX, o que os autores denominam de práticas de gestão coletiva pré-capitalistas. Assim, ampliam a relação do conceito e área de conhecimento com eventos históricos.

3 Método

O presente estudo apresenta caráter descritivo e exploratório, sendo realizado por meio de uma revisão integrativa da literatura sobre Gestão Social. O método da revisão integrativa consiste em uma categoria de revisão bibliográfica com capacidade de sistematizar o conhecimento científico, fornecendo um quadro geral sobre a problemática a ser pesquisada e um panorama da evolução sobre o tema relacionado (Botelho, Cunha & Macedo, 2011). É um tipo de pesquisa que também possibilita a elaboração de novos *frameworks* e perspectivas acerca do tema revisado (Torraco, 2005).

Quadro 1: Protocolo da pesquisa

Etapas	Ações
1 Definição do tema e questão da pesquisa	1.1 Definição do descritor de busca, 1.2 Seleção da base
2 Escolha dos critérios de inclusão e exclusão	2.1 Aplicação dos filtros, 2.2 Eliminação de artigos com o uso distinto do descritor, 2.3 Eliminação dos artigos de revisão
3 Seleção dos estudos	3.1 Leitura dos títulos, resumos e palavras-chave, 3.2 Seleção dos artigos teóricos, 3.3 Leitura do artigo na íntegra, se necessário
4 Classificação dos estudos	4.1 Organização dos artigos em grupos de análise
5 Análises dos Resultados	5.1 Gestão social: conceitos e delimitações, 5.2 Categorias e aproximações teóricas, 5.3 Pressupostos epistemológicos e ontológicos, 5.4 Referenciais teóricos
6 Síntese do conhecimento	6.1 Síntese da contribuição do estudo, 6.2 Implicações do estudo, 6.3 Identificação das limitações da pesquisa, 6.4 Possibilidades de estudos futuros, 6.5 Outras considerações finais

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de Botelho, Cunha & Macedo (2011)

Os procedimentos da pesquisa seguiram as etapas detalhadas no Quadro 1. Inicialmente, após a definição do tema e questão de pesquisa, procedeu-se com a obtenção do *corpus* de análise, a partir da busca pelo descritor *\social management*. O uso das barras permitiu a busca pela expressão exata. Na sequência foi escolhida a base para operacionalização da pesquisa, sendo definido o *SPELL – Scientific Periodicals Electronic Library*, uma base de dados representativa dos periódicos nacionais das áreas de Administração Pública e de Empresas, e, portanto, aderente a proposta desta pesquisa.

Para composição da revisão foram seguidas as etapas de “escolha dos critérios de inclusão e exclusão” e “seleção dos estudos” (Quadro 1). Primeiramente foram definidos os filtros de busca que melhor atenderam, em um primeiro momento, a questão de pesquisa proposta. No que tange ao período, este foi definido de 2010 a 2020, visando alcançar a evolução do debate sobre GS nos anos mais recentes. No filtro por tipo de documento, optou-se exclusivamente por artigos. O último filtro definido foi relativo à área, sendo selecionadas Administração e Economia. As buscas após a realização dos filtros retornaram 84 artigos. Na sequência foram eliminados os artigos que possivelmente utilizavam o termo “gestão social” de forma distinta ao que é proposto pelo presente estudo. Eliminou-se também os artigos de

revisão com caráter mais descritivo (7), uma vez que o objetivo foi propor uma nova revisão de perspectivas teóricas originais sobre a GS que contribuíram para a delimitação do campo.

Na etapa 3 da pesquisa efetuou-se a leitura dos títulos, resumos e palavras-chave e depois a seleção dos artigos teóricos. Essa etapa tinha como objetivo selecionar aqueles artigos que refletissem aspectos teóricos do campo da GS. Quando necessário melhor aprofundamento, foi realizada a leitura do artigo na íntegra.

Para realizar os procedimentos de análise dos resultados, primeiramente foi efetuada a classificação dos estudos (Quadro 1), sendo organizados em grupos. Para retratar o campo da GS, foram estabelecidos quatro tópicos de análise, mediante a leitura e sistematização dos artigos: a) Gestão social: conceitos e delimitações, b) Categorias e aproximações teóricas, c) Pressupostos epistemológicos e ontológicos e, d) Referenciais teóricos. Após as análises foram descritas as implicações do artigo, suas limitações e possibilidades de estudos futuros. Procedeu-se também com uma síntese do conhecimento propiciado pelo estudo, mediante a síntese da contribuição e demais considerações finais.

4 Resultados e Discussão

4.1 Gestão social: conceitos, delimitações, categorias e aproximações teóricas

Nessa subseção foram evidenciados dois grupos de análise, concentrados em conceitos e categorias da GS. Em sete artigos realizou-se a análise conceitual da GS e sua delimitação. Guerra e Teodósio (2015) propuseram a vinculação da GS à Administração, à medida que contrapõe os pressupostos arraigados do campo, os quais colapsam mediante as visões estritamente gerenciais, verticalizadas e capitalistas. Quando indicam que a GS se opõe ao *mainstream* da Administração, vão ao encontro do artigo de Cançado, Villela e Sausen (2016). Os autores apresentaram os conceitos de gestão estratégica e GS, apontando suas diferenças, com base na perspectiva antipositivista de Feyerabend (2007), com o objetivo de torná-los complementares e equilibrados. Para Freitas, Freitas e Ferreira (2016), a GS constitui projeto político e prática discursiva, voltada para a transformação da realidade, social e política. O Estado se aproxima do real sentido do termo “social”: elo da gestão pública. Enquanto projeto político, a GS vislumbra a importância da formação de um novo gestor, encontrando, assim, eco no artigo de Assis e Paes de Paula (2014). As autoras trabalharam o conceito de formação, no sentido adorniano e constataram que para a efetivação da GS democrática seria necessário dispor de pessoas formadas e não profissionalizadas, em busca da consciência e emancipação. Fica claro que a ênfase na participação, permeada pela deliberação, e emancipação, como fim último, adquirem centralidade ao se definir a GS (Guerra & Teodósio, 2015; Freitas, Freitas & Ferreira, 2016; Assis & Paes de Paula, 2014; Cançado, Pereira & Tenório, 2011).

Os demais artigos do grupo supracitado abordaram críticas à GS e possibilidades de ampliações teóricas. Pinho e Santos (2015) discutiram as aporias ocasionadas pelo conceito de GS, discorrendo que faltam condições para que a GS se constitua como campo de conhecimento e de produção de sujeitos com capacidade de alterar as assimetrias típicas da gestão estratégica. Críticas anteriores já vinham sendo feitas em torno da GS e foram fundamentais para a construção de fundamentações necessárias à sedimentação do campo. O artigo de Pacifico Filho, Borges e Cançado (2018) mostraram que as críticas à GS dos autores Pinho e Araújo se dão sob bases históricas passíveis de debates e ampliação de quadros teóricos. Para tanto, utilizam da análise comparativa com o campo de conhecimento da História, baseada no conceito de longa duração de Fernand Braudel. Cançado, Pereira e Tenório (2011), utilizaram as críticas de Pinho (2010) e ressaltaram as preocupações de Bouldosa e Schommer (2008; 2009) com a “precocidade” institucionalização da GS. A GS é pensada como uma alternativa teórica e prática em meio a uma realidade marcada pelo pensamento organizacional hegemônico (Guerra & Teodósio, 2015). Ela é contrária à gestão estratégica, hierarquizada, desigual, focada no mercado, pois prioriza a participação de todos (sociedade) no processo de decisão.

Um segundo grupo de artigos (12) se destinou à descrição de categorias e aproximações teóricas da GS, conforme o Quadro 2. Considerando a categoria teórica “esfera pública”, três artigos abordaram especificamente o tema. Oliveira, Cançado e Pereira (2010) evidenciaram a esfera pública habermasiana, como espaço onde a sociedade civil declara sua opinião, a qual será convertida em decisão política pela ação coletiva. O artigo de Persson & Moretto Neto (2018), de forma crítica à teoria habermasiana, indicou a necessidade de entender a esfera pública como um espaço discursivo naturalmente assimétrico e propenso ao conflito, e ainda, como composta de uma formação informal da opinião pública, no processo de tomada de decisão. Nesse sentido, Garcia et al. (2018), buscaram reconstruir as esferas públicas como uma categoria empírico-descritiva e normativa da GS, adequando-as às especificidades do contexto brasileiro, partindo e indo além das proposições de Habermas, admitindo consensos e conflitos, democracia e opressão. Ainda, Pimentel (2014) indicou que, no âmbito da GS, haveria uma dupla inserção da dimensão espacial na GS, como “esfera” (*locus* de atuação), em que os espaços são variados, podendo ser até mesmo “não deliberativos” por natureza e como metonímia do grupo social que considera a vinculação a um território específico.

Quadro 2 – Categorias e aproximações teóricas centrais da GS

Categorias e aproximações teóricas	Autor-ano (artigos revisados)
Esfera Pública	Oliveira, Cançado & Pereira (2010), Persson & Moretto Neto (2018), Garcia et al. (2018)
Espaço Social	Pimentel (2014)
Participação	Abreu, Oliveira & Kraemer (2019), Cançado e Pinheiro (2016)
Cooperação	Rabelo Pereira, Cabral & Pereira (2015), Alcântara et al. (2018)
Economia Solidária, Descentralização, Cooperativismo	Monje-Reyes (2011)
Sustentabilidade Empresarial	Justen & Moretto Neto (2012)
Governança Pública	Alcântara, Pereira & Silva (2015)
Inovação Social	Silva & Pacheco (2018)

Fonte: Elaborado pelos autores

Os demais artigos discorreram sobre as seguintes categorias: a) *participação*: Abreu, Oliveira e Kraemer (2019) propuseram um quadro referencial para análise dos movimentos histórico-sociais voltados para o engajamento social e/ou para a ampliação do acesso coletivo às instâncias de deliberação. Cançado e Pinheiro (2016) conceberam a GS como ferramenta de controle social e a participação como um tema central do campo, para além da participação indireta e representativa; b) *cooperação*: Rabelo Pereira, Cabral e Pereira (2015) analisaram a cooperação como atributo valorativo e elo de convergência entre a abordagem de Elinor Ostrom (neoinstitucionalismo) sobre formas de ação coletiva e a GS. Alcântara et al. (2018) problematizaram a cooperação como uma categoria teórica-empírica fundamental no campo de práticas e teorias da GS; c) *economia solidária, descentralização e cooperativismo*: Monje-Reyes (2011) afirmou que há uma integração democrática entre a sociedade civil e o poder público local, em um processo democrático e de participação (cooperativismo), visando o bem-estar social, econômico, político e ambiental (descentralização e economia solidária); d) *sustentabilidade empresarial*: Justen & Moretto Neto (2012) posicionaram a sustentabilidade diante do paradigma da ecologia profunda e sob o gerenciamento de uma gestão mais coerente – a GS; e) *governança pública*: Alcântara, Pereira e Silva (2015) partiram da redução sociológica de Guerreiro Ramos (1965; 1981) e aproximaram a GS da governança pública, no que tange ao debate sobre a cooperação entre Estado, mercado e sociedade civil em direção a consecução de objetivos comuns (interesse público), às práticas de transparência, autonomia, pluralismo e bem comum; f) *inovação social*: Silva e Pacheco (2018) ressaltaram a complementariedade entre a GS e a inovação social e suas similaridades acerca dos conceitos de participação, empoderamento, bem comum, autonomia dos sujeitos, atendimento a necessidades não supridas pelo Estado e mercado e materialização como processo.

4.2 Pressupostos epistemológicos, ontológicos e referenciais teóricos da Gestão Social

A presente subseção foi composta por artigos que evidenciaram aspectos epistemológicos, ontológicos e referenciais teóricos relevantes para o campo da GS. O primeiro grupo de análise foi composto pelos artigos que suscitaram novos olhares epistemológicos e ontológicos para a GS. Foram identificadas oito perspectivas distintas, conforme o Quadro 3. Dois artigos utilizaram preceitos habermasianos para tecer contribuições inovadoras para o campo, ressaltando o conceito de mundo-da-vida. Alcântara e Pereira (2017) abordaram “os *loci* da gestão social no contexto das inter-relações e tensões entre o mundo-da-vida e o sistema, à luz de Jürgen Habermas e sua recepção crítica” (Alcântara & Pereira, 2017, p. 427), visando equilibrar o histórico embate entre forças colonizadoras e emancipatórias, e ainda, democratizar o mundo-da-vida e o sistema, dois elementos centrais para a compreensão sociológica e epistemológica do *locus* da prática da GS. Em um novo estudo, Alcântara et al. (2017) abordaram o mundo-da-vida (dialogicidade) de Habermas e trouxeram uma nova perspectiva - a refutação da dicotomia fato x valor (discussão racional), de Hilary Putnam, na explicação epistemológica do processo de avaliação em GS, ressaltando o papel da linguagem (entendimento e acordo).

Quadro 3 – Pressupostos epistemológicos e ontológicos da GS

Pressupostos epistemológicos e ontológicos	Autor-ano (artigos revisados)
Teoria Crítica (Habermas)	Alcântara et al. (2017), Alcântara & Pereira (2017)
Dicotomia Fato x Valor (Putnam)	Alcântara et al. (2017)
Teoria da Estruturação (Giddens)	Peres Júnior, Pereira & Oliveira (2013)
Sociologia Mafessoliana	Pacifico Filho, Cançado & Borges (2015)
Sociologias das Ausências e Emergências e Ecologias (Boaventura de Sousa Santos)	Silva & Moretto Neto (2016)
Colonialidade de Poder e Ecologia	Justen, Moretto Neto & Garrido (2014)
Decolonialidade	Tenório & Araújo (2020)
Estratégia como prática	Paiva et al. (2018)

Fonte: Elaborado pelos autores

Peres Júnior, Pereira e Oliveira (2013) apontaram para uma nova perspectiva para o estudo da GS, partindo da Teoria da Estruturação de Anthony Giddens. Para tanto, os autores utilizaram pressupostos teóricos estruturacionistas para revisão do modelo sistêmico multidimensional de Whittington (1992) e incorporaram o sistema deliberativo de Mansbridge (1999), como um novo sistema social. Com isso, as práticas de gestão social são analisadas, com o objetivo de compreender as condições que definem a continuidade ou mudanças das estruturas, e por conseguinte, a sua reprodução.

A perspectiva sociológica se fez presente em dois artigos. Pacifico Filho, Cançado e Borges (2015) aproximaram a GS da sociologia de Michel Maffessoli e sua análise da contemporaneidade (politeísmo popular, socialidade). Os autores constaram que a GS busca equilibrar questões da contemporaneidade que são mencionadas pela sociologia maffessoliana, a qual fornece elementos para que a GS se torne uma “gestão para o que é” – presente, e não apenas “gestão para o que deve ser” - futuro distante e impreciso. Já Silva e Moretto Neto (2016) propuseram uma contribuição teórica para o campo da GS ao identificar a perspectiva da sociologia das ausências e da sociologia das emergências, sob análise de Boaventura de Sousa Santos, na produção acadêmica brasileira sobre GS (ecologia dos saberes, ecologia do reconhecimento, ecologia das trans-escalas e ecologia da produtividade).

Dois artigos propuseram debates atuais, associando a análise da GS a partir das abordagens de colonialidade e decolonialidade. Justen, Moretto Neto e Garrido (2014), pretenderam uma reflexão epistemológica para a GS, de modo a afastá-la do erro da dupla consciência de Du Bois. Os autores trouxeram temáticas relacionadas com as relações de poder – colonialidade de poder – e a relação homem/natureza – ecologia. A GS se mostra como uma gestão-problema, que precisa desenvolver a capacidade de se auto problematizar. Do mesmo

modo, Tenório e Araújo (2020) aproximam a GS da contemporaneidade. Para tanto, na tentativa de melhor delinear a GS, os autores abordaram a necessidade de avançar no sentido originário epistemológico e axiológico decolonial da GS, com a inserção de debates sobre desigualdades e diversidade (raça, gênero, classe social, e outras), mais próximos dos preceitos da GS, sobretudo por guardar os princípios da *res publica*.

Por fim, o artigo de Paiva et al. (2018) resgatou as abordagens teóricas marcadas pela virada da prática, de modo a contribuir para que o campo da GS focalizasse o cotidiano dos processos de organizar, nas práticas organizativas e na sua importância para a análise social. Os estudos empreendidos permitiram compreender a pluralidade do campo da GS e a ampliação do seu objeto de estudo de organização para o “organizar práticas”; as relações constitutivas entre práticas, praxis e praticantes.

O segundo grupo de análise incluiu três artigos que se concentraram no estudo de autores relevantes para o desenvolvimento do campo da GS. Foram eles: a) *Alberto Guerreiro Ramos*: Junio et al. (2014) elucidaram o legado de Guerreiro Ramos, cuja relação com a GS se estabeleceu uma vez que ela, colocada em prática, promove a mediação trabalhada pelo autor entre a racionalidade instrumental e a racionalidade substantiva; b) *Luciano Antonio Prates Junqueira*: Corá e Motta (2019) identificaram que Junqueira se consolidou ao mesmo tempo em que a GS se formava, uma vez que estudava o campo e também praticava em seu cotidiano o conhecimento que adquiria, constatando que novas relações de redes favoreciam a abertura de novos espaços de saber; c) *Celso Furtado*: Cançado e Pereira (2020) analisaram relatos de uma experiência de Celso Furtado e encontraram aspectos referentes ao campo da GS, como Interesse Bem Compreendido (união nacional e solidariedade internacional entre jovens), Esfera Pública (correntes de opiniões) e Emancipação (revolução psicológica). A realização da pesquisa ocorreu devido à ausência de uma abordagem de GS com fundamento em Max Weber, utilizando, para tanto, a abordagem da sociologia compreensiva, com base nos conceitos de forma e espírito.

5 Considerações Finais

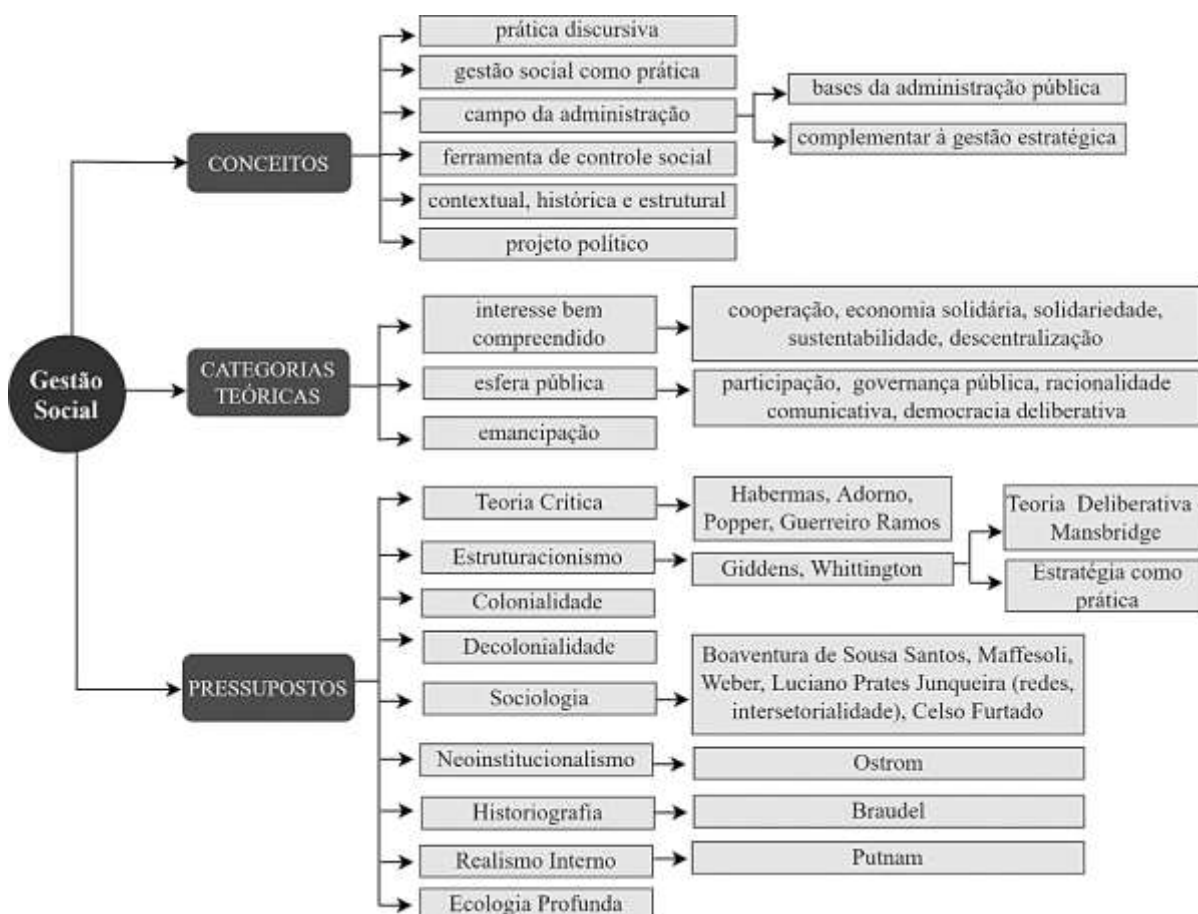
O presente estudo realizou uma revisão integrativa da GS, de modo a contribuir para a consolidação do campo e seu avanço teórico, por meio de uma síntese integrada dos artigos disponibilizados na base de dados *SPELL*, entre o período de 2010 a 2020. Partindo da análise conceitual da GS, foi possível compreender que ela se posiciona no contexto da Administração, é complementar à gestão estratégica e configura um projeto político e prática discursiva, uma vez que incita a participação. Críticas em torno da GS foram fundamentais para a construção de delimitações teóricas e novas possibilidades de diálogo com outras áreas de conhecimento. Uma síntese da análise do conjunto de artigos e seus quatros grupos, de forma integrada, é mostrada na Figura 1.

Quando analisadas as categorias e aproximações teóricas da GS, foram identificadas a esfera pública, espaço social, participação, cooperação, cooperativismo, descentralização, economia solidária, sustentabilidade empresarial, governança pública e inovação social. A partir da análise foi possível perceber uma tentativa de melhor construção de categorias para a GS que a torne mais palpável. Para tanto, em alguns momentos há o abandono ou ultrapassagem dos preceitos da teoria crítica habermasiana, talvez pela sua incompletude ou talvez pela falta de compreensão e adequação para a realidade brasileira atual.

No que tange à análise dos pressupostos epistemológicos e ontológicos do campo, foi possível perceber uma multiplicidade considerável de abordagens, dentre elas: teoria crítica habermasiana, teoria da estruturação de Giddens, colonialidade de poder, ecologia, sociologia maffessoliana, sociologias das ausências e emergências de Boaventura de Sousa Santos, dicotomia fato x valor de Putnam, estratégia como prática e decolonialidade. Depois de uma trajetória voltada para a apresentação e delimitação inicial do campo da GS, desde 1990, os

últimos onze anos parecem se dedicar ao contorno das críticas, por meio de ampliações teóricas, que tornem a GS possível como alternativa àquelas áreas, segmentos e demandas que a gestão estratégica não consegue atender. Por fim, foram descritos os três artigos que detiveram suas análises ao estudo da trajetória dos intelectuais Alberto Guerreiro Ramos, Luciano Antonio Prates Junqueira e Celso Furtado (contribuição prática). O detalhamento da história e impacto científico desses autores, nem sempre utilizados como referenciais teóricos relevantes para a GS, abriu possibilidade para melhor aprofundamento de suas contribuições.

Figura 1: Contribuições para o campo da Gestão Social (2010 a 2020).



Fonte: Elaborada pelos autores.

Diante de toda explanação resultante da revisão dos artigos sobre GS, fica claro o esforço do campo na resolução de incoerências e incompreensões que invalidam sua prática. É manifesta a urgência da realização das ações que a GS propõe, pois o modelo atual do *mainstream* reforça e eleva as disparidades sociais entre os grupos, impedindo a realização do bem comum. A GS não pode mais ser relegada e considerada utópica, pois a sua construção é real. É preciso consolidar o arcabouço teórico do campo para que se possa avançar em seus delineamentos metodológicos e consequentemente, em seus resultados empíricos, refletidos em resoluções efetivas para a “nova modernidade”.

Como limitação da pesquisa, pode-se indicar o uso restrito de artigos que estavam inseridos na base de dados *SPELL*. Artigos presentes em periódicos não indexados nessa base podem fornecer diferentes contribuições e novos olhares para o campo da GS. Trabalhos apresentados em eventos científicos, embora sem maiores lapidações, podem também propiciar *insights* para novas análises. Sugere-se ainda para pesquisas futuras a exploração dos artigos empíricos que reflitam a prática da GS e sua associação com os pressupostos teóricos descritos neste trabalho. A constatação das ações efetivas de GS funcionarão como validação dos

esforços empreendidos nos últimos anos para consolidação do campo e um direcionamento válido para mudanças estruturais na configuração da atual *res pública*.

Referências

- Abreu, J.C.A., Oliveira, V.C.S., & Kraemer, C.F.B.(2019).Uma Análise de Construtos Teóricos Sobre Participação e Gestão Social. *Desenvolvimento em Questão*, 17(48), 34-51.
- Aguiar-barbosa, A.P., & Chim-miki, A.F.(2020).Evolução do Conceito de Gestão Social (1990-2018):Uma Análise de Copalavras. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 25(80), 1-22.
- Alcântara, V. C., & Pereira, J. R. (2017). O Locus da Gestão Social no Contexto das Inter-Relações e Tensões entre Mundo-Da-Vida (Lebenswelt) e Sistema (System). *Organizações & Sociedade*, 24(82), 412-431.
- Alcântara, V. C., Cabral, E. H. S., Muzy, P. T., & Pereira, J. R. (2017). Fatos, Valores e o Mundo-da-Vida: Argumentos Epistemológicos Para Avaliação no Âmbito da Gestão Social. *Cadernos EBAPE.BR*, 15(4), 808-830.
- Alcântara,V.C.,Cabral,E.H.S.,Muzy, P.T., & Oliveira, L.C.(2018).Em Busca da Cooperação na Gestão Social:Evidências de uma Categoria Posta à Coordenação de Lógicas e Espaços Híbridos do Terceiro Setor. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 12(1), 38-55.
- Alcântara, V. C. (2015). Mundo-da-vida e sistema: o lócus da gestão social sob a abordagem habermasiana. Dissertação (Mestrado em Administração) – UFLA, Lavras.
- Alcântara, V. C., Pereira, J. R., & Silva,A. F. (2015). Gestão Social e Governança Pública: Aproximações e (De)Limitações Teórico-Conceituais. *Revista de Ciências da Administração*, 17(Ed. Especial), 11-29.
- Araújo, E. T. (2012). (In)consistências da gestão social e seus processos de formação: um campo em construção. 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social) –PUC, São Paulo.
- Assis, L. B., & Paula, A. P. P. (2014). Gestão Social e *Bildung*: reflexões sobre a importância da formação para a democratização no setor público. *Administração Pública e Gestão Social*, 6(2), 57-64.
- Botelho, L. L. R.; Cunha, C. C. A.; Macedo, M. (2011). O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e Sociedade*, 5(11), 121-136.
- Cançado, A. C., & Pinheiro, L. S. (2016). Social Management and Social Control: Opportunities and Challenges of Direct Participation. *Amazônia, Organizações e Sustentabilidade*, 5(2), 7-20.
- Cançado, A. C. (2011). *Fundamentos teóricos da gestão social*. 146 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras.
- Cançado, A. C., Pereira, J. R., & Tenório, F. G. (2015). Gestão social: epistemologia de um paradigma. Curitiba, PR: CRV.
- Cançado, A. C., Tenório, F. G., & Pereira, J. R. (2011). Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. *Cadernos EBAPE.BR*, 9(3), 681-703.
- Cançado, A. C., Villela, L. E., &Sausen, J. O. (2016). Gestão Social e Gestão Estratégica: Reflexões sobre as Diferenças e Aproximações de Conceitos. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 10(3), 69-84.
- Corá,M.A.J., &Motta,R.G.(2019). Intersetorialidade e Redes:A Trajetória de Luciano Antonio Prates Junqueira na Gestão Social.*Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 24(79), 1-20.
- Felizardo, L. F.; Pereira, A. L. C.; Silva, J. L. L.; Pereira, J. R. (2021). Social Management: an international bibliometric analysis of the different uses for the term. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, 2021, Maceió (AL). *Anais...* Maceió.
- Freitas, A. F., Freitas, A. F., & Ferreira, M. A. M. (2016). Gestão social como projeto político e prática discursiva. *Cadernos EBAPE.BR*, 14(2), 278-292.
- Garcia, A. S., Pereira, J. R., Alcântara, V. C., & Cruz, E. S. T. (2018). Aprofundamento das Esferas Públicas para a Gestão Social: Caminhos para uma Reconstrução Empírico-Descritiva e Normativa. *Cadernos EBAPE.BR*, 16(2), 163-185.
- Guerra, J. F. C., & Teodósio, A. D. S. S. (2014). Gestão social: aspectos que a aproximam dos domínios da Administração. *Reuna*, 19(3), 49-64.
- Schmitz Junior,S., Paixão, G. J., Meller, A. J., & Moretto Neto, L. (2014). O Legado do Pensamento de Alberto Guerreiro Ramos para a Gestão Social. *Revista Gestão Organizacional*, 7(3), 47-60.

- Justen, C. E., & Moretto Neto, L. (2012). Do economicismo à dialogicidade: as contribuições do paradigma da ecologia profunda e da noção de gestão social para a temática da sustentabilidade empresarial. *Cadernos EBAPE.BR*, 10(3), 736-750.
- Justen, C. E., Moretto Neto, L., & Garrido, P. O. (2014). Para além da dupla consciência: Gestão Social e as antessalas epistemológicas. *Cadernos EBAPE.BR*, 12(2), 237-251.
- Menon, I. O., & Coelho, F. S. (2019). Gestão Social como Campo do Saber No Brasil: Uma Investigação de sua Produção Científica pela Modelagem de Redes Sociais (2005-2015). *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 24(79), 1-27.
- Monje-reyes, P. (2011). Economía solidaria, cooperativismo y descentralización: la gestión social puesta en práctica. *Cadernos EBAPE.BR*, 9(3), 704-723.
- Oliveira, V. A. R., Cançado, A. C., & Pereira, J. R. (2010). Gestão social e esfera pública: aproximações teórico-conceituais. *Cadernos EBAPE.BR*, 8(4), 613-626.
- Oliveira, L. C., Cançado, A. C., & Pereira, J. R. (2020). Forma e Espírito da Gestão Social: O Relato de Celso Furtado na Brigada Internacional do Trabalho – Iugoslávia 1947. *Administração Pública e Gestão Social*, 12(4), 1-16.
- Pacifico Filho, M., Borges, T. P., & Cançado, A. C. (2018). Gestão Social: Fernand Braudel e a Ampliação dos Debates em Torno de sua Contextualização Histórica. *Desenvolvimento em Questão*, 16(42), 124-156.
- Pacifico Filho, M., Cançado, A. C., & Borges, T. P. (2015). A Sociologia de Michel Maffesoli e a Gestão Social: Gerencie-me ou te Devoro. *Revista de Ciências da Administração*, 17(Ed. Especial), 30-44.
- Paiva, A. L., Alcântara, V. C., Cruz, E. S. T., & Andrade, L. F. S. (2018). Em Busca das Práticas: Contribuições Epistemo-Metodológicas das Teorias da Prática aos Estudos da Gestão Social. *Administração Pública e Gestão Social*, 10(1), 34-44.
- Peres Jr., M. R., & Pereira, J. R. (2014). Abordagens teóricas da Gestão Social: uma análise de citações exploratória. *Cadernos EBAPE.BR*, 12(2), 221-236.
- Peres Jr., M. R., Pereira, J. R., & Oliveira, L. C. (2013). Gestão Social sob a lente estruturacionista. *Revista de Administração Mackenzie*, 14(6), 18-49.
- Persson, E., & Moretto Neto, L. (2018). Discutindo a Natureza Ideológica dos Delineamentos Teóricos Habermasianos e sua Apropriação pela Gestão Social no Campo da Administração. *Cadernos EBAPE.BR*, 16(4), 578-593.
- Pimentel, M. P. C.; Pimentel, T. D. (2010). Gestão Social: Perspectivas, Princípios e (De)Limitações. In: VI Encontro de Estudos Organizacionais - EnEO, 2010, Florianópolis (SC). *Anais...* Curitiba (PR): ANPAD, 1. p. 1-16.
- Pimentel, T. D. (2014). O espaço em situações de gestão: entre a gestão estratégica e a gestão social. *Administração Pública e Gestão Social*, 6(3), 141-150.
- Pinho, J. A. G., & Santos, M. E. P. D. (2015). Aporias em torno do conceito de Gestão Social: dilemas teóricos e políticos. *Revista de Gestão*, 22(2), 1-18.
- Pereira, J. R., Cabral, E. H. S., & Pereira, J. R. (2015). Gestão Social e Governing the Commons: a cooperação como elo de convergência. *Revista de Ciências da Administração*, 17(43), 112-122.
- Silva, R. R. C. C., & Moretto Neto, L. (2016). A Gestão Social a Partir do Olhar Crítico da Sociologia das Ausências e da Sociologia das Emergências de Boaventura de Sousa Santos. *Administração Pública e Gestão Social*, 8(1), 27-37.
- Silva, K. V., & Pacheco, A. S. V. (2018). Gestão Social e Inovação Social Organizacional: Convergências e Divergências Teóricas. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 12(2), 88-101.
- Tenório, F. G., & Araújo, E. T. (2020). Mais uma vez o Conceito de Gestão Social. *Cadernos EBAPE.BR*, 18(4), 891-905.
- Tenório, F. G. (1998). Gestão social: uma perspectiva conceitual. *Revista de Administração Pública*, 32(5), 7-23.
- Tenório, F. G.; Parra, F. L.; Tenório, G. M. (2022). Tem ancestralidade o conceito de gestão social?. *Estudios de la Gestión*, 11, 19-17.
- Torraco, R. J. (2005). Writing integrative literature reviews: guidelines and examples. *Hum Resour Dev Rev.*;4(3), 356-67.